

Radar Antigênero: inteligência artificial como ferramenta de justiça social¹

Lara Morelato Gallo²

Tarcisio Torres Silva³

Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas

Resumo⁴

Este trabalho analisa o projeto "Radar Antigênero", plataforma desenvolvida pelo portal Gênero e Número, que emprega inteligência artificial para monitorar discursos antigênero no YouTube, ampliando a capacidade de investigação, denúncia e enfrentamento dessas narrativas. O estudo articula a Teoria Ator-Rede (TAR) e o livro Data Feminism, de D'Ignazio e Klein, mapeando os atores da rede sociotécnica do projeto e as assimetrias de poder que a condicionam. A análise revela que, embora a iniciativa reapropriasse ferramentas digitais de forma eficaz para visibilizar violências, como instrumento de justiça social, sua autonomia é limitada por pontos obrigatórios de passagem técnica e de estrutura. Conclui-se que o projeto representa um rearranjo significativo no uso da IA, ainda que opere em tensão com as lógicas corporativas do ecossistema tecnológico.

Palavra-chave: inteligência artificial; violência de gênero; cultura digital; teoria ator-rede; comunicação.

Introdução

As agressões direcionadas às mulheres no ambiente digital refletem a continuidade da violência de gênero já presente na sociedade, ampliando-se progressivamente com o avanço e a disseminação das tecnologias. A Organização das Nações Unidas (ONU), indica que cerca de “90% de vídeos íntimos falsos criados com inteligência artificial (IA) possuem as mulheres como alvo” (Agência Senado, 2026). Embora esse tipo de prática seja previsto como crime em lei, a internet e as redes sociais têm ampliado a circulação desses conteúdos, frequentemente associados à sátira e à disseminação da ideologia “redpill”, que difunde teorias conspiratórias e misóginas ao

¹ Trabalho apresentado na IJ05 – Comunicação, cultura digitais e tecnologias, da Intercom Júnior – 22ª Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 49º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação, 5º Semestre, do Curso de Jornalismo da Escola de Linguagem e Comunicação da PUC-Campinas, bolsista de iniciação científica com auxílio FAPESP (processo 2025/25132-4), e-mail: laramorelatogallo@gmail.com.

³ Orientador do trabalho e professor pesquisador da Escola de Linguagens e Comunicação da PUC-Campinas, doutor em Artes Visuais. Trabalho realizado com apoio financeiro FAPESP (processo 2024/23436-3), email: tartorres@gmail.com.

⁴ Este texto conta com a utilização de inteligência artificial (Claude) exclusivamente para fins de revisão ortográfica e aprimoramento da coesão textual.

sustentar a narrativa de que homens que adotam a “pílula vermelha” deixariam de ser “subordinados” às mulheres.

A disseminação dessas narrativas nas plataformas digitais evidencia que a misoginia online não se restringe a manifestações isoladas, mas opera de forma articulada em comunidades e redes digitais. Nesse sentido, Lucas Felix Rodrigues (2025) afirma que:

A misoginia digital fomenta o surgimento de grupos organizados que reforçam ideologias de ódio contra as mulheres. Fóruns sexistas, células de masculinismo radical e comunidades virtuais como os chamados incels ilustram como a misoginia online pode se estruturar de maneira articulada, influenciando comportamentos violentos. (Rodrigues, 2025, p.07).

Diante desse cenário, torna-se necessário analisar como e em quais espaços essas violências se inserem no contexto tecnológico contemporâneo. A partir de uma pesquisa exploratória inicial sobre “discussões recentes sobre inteligência artificial para o bem social” (Silva, 2026), foi possível identificar um crescimento no desenvolvimento de plataformas e ferramentas que utilizam a IA como instrumento de enfrentamento a problemas sociais. Entre as iniciativas analisadas, destaca-se o projeto "Radar Antigênero", escolhido como objeto de estudo deste trabalho. Esta investigação buscará identificar os atores e investimentos envolvidos nessa infraestrutura tecnológica, bem como compreender de que maneira essa plataforma se estrutura e qual sua relevância no contexto social. Para tanto, o projeto será examinado como um fenômeno sociotécnico constituído por redes de relações entre humanos, algoritmos, infraestruturas e interesses corporativos. Essa abordagem será orientada pela Teoria Ator-Rede (TAR) e pelo Data Feminism, perspectivas que, articuladas, permitem mapear tanto as conexões que tornam o projeto possível quanto as assimetrias de poder que condicionam seu funcionamento.

Metodologia

A partir da perspectiva defendida na TAR, a IA pode ser compreendida como efeito de uma rede que é resultado de diversos condicionamentos. Para Bruno Latour (2005), um dos autores que contribuiu com o desenvolvimento dessa teoria, as redes são o processo dinâmico de conexões e o que é gerado por essas associações, isto é, as ações digitais surgem das relações estabelecidas entre os elementos presentes nos ambientes

tecnológicos, sejam eles dados, programadores ou usuários. Diante disso, os algoritmos e as novas formas de tecnologia, como a IA atuam em processos de mediação e condução que reforçam certas visões de mundo, por estarem inseridos e conectados nesse modelo de rede digital. Assim, os vieses de gênero, especificamente, decorrem de (re)arranjos históricos, políticos humanos e tecnológicos que moldam essas redes.

Nesse sentido, no livro *Data Feminism*, de Catherine D'Ignazio e Lauren Klein (2020), as autoras defendem a ação da “justiça de dados”, que reconhece diferenciais de poder estrutural, história e cultura presentes nas tecnologias, substituindo a concepção de “imparcialidade” pelo de equidade. Dessa maneira, as autoras reiteram o conceito de remodelar o espaço tecnológico, reconhecendo que o problema não é apenas o viés técnico, mas a opressão estrutural, onde os dados são produtos de relações sociais desiguais e históricas (D'Ignazio; Klein, 2020).

Percebe-se, portanto, que a relação encontrada entre a TAR e *Data Feminism*, é de congruência. Quando é reforçada a ideia de que a rede é formada por diversos atores que se conectam entre si, e existe a necessidade de reestruturar este ambiente digital, os autores reforçam que as bases de dados se baseiam em conceitos e estruturas sociais pré-determinadas e compartilhadas. Tanto que, para isso, as autoras definem o conceito de infraestrutura de conhecimento como uma “ecologia de pessoas, práticas, tecnologias, instituições, objetos materiais e relacionamentos” (D'Ignazio; Klein, 2020, p.153). Essa visão é fundamentalmente próxima à TAR, e exprime que a ciência de dados atua como uma rede heterogênea composta por atores humanos e não humanos. Assim, projetos que integram diversos atores ativos para a transformação digital através da utilização da IA, como ferramenta de justiça, fazem parte da investigação desse ecossistema e determinam esse estudo.

Diante disso, torna-se necessário analisar o contexto em que o objeto de estudo está inserido a partir de uma perspectiva crítico-estrutural, reconhecendo as desigualdades de poder presentes nas redes digitais, sem desconsiderar a atuação de atores menores (como usuários, grupos sociais e organizações) que também contribuem para a construção e transformação dessas estruturas. Sendo assim, “lugares são redes de atores que conectam sempre outros lugares e temporalidades” (Lemos, 2013, p.52), ou seja, para o autor André Lemos (2013), a interpretação da TAR corresponde à interdependência de

diversos atuantes para existência de um sistema interconectado, e é a partir dessa questão que iremos desenvolver esse estudo.

Com base nesse contexto, foram realizadas pesquisas exploratórias na web sobre projetos que envolviam IA como protagonista na disseminação de conteúdos e apoio favoráveis às mulheres. Nesse aspecto, levou-se em consideração o tipo de IA por trás de cada ação, o problema social envolvido, impacto, tipo de organização associada e o financiamento por trás de cada proposta analisada. Ao todo foram levantados dez projetos vinculados a questões envolvendo combate à violência de gênero, educação e desigualdades, mas vamos analisar com mais profundidade apenas um deles, o “Radar Antigênero”, uma plataforma alimentada por IA para o monitoramento de desigualdades e discursos de ódio presentes em vídeos compartilhados pela rede social “Youtube”.

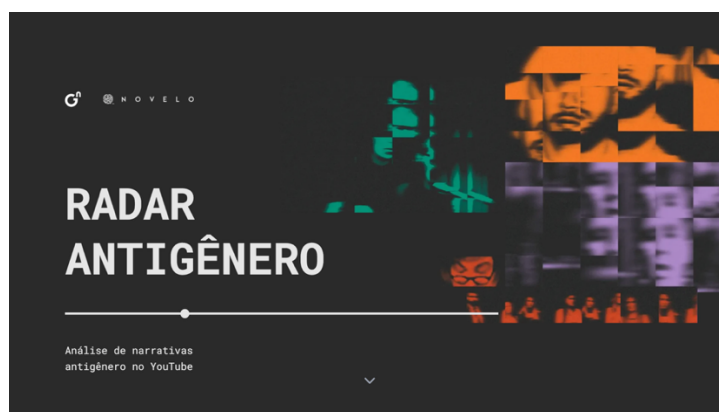
O projeto foi escolhido por atender aos critérios pré-estabelecidos na pesquisa exploratória e por representar um movimento relevante de organizações da sociedade civil em redirecionar o uso da inteligência artificial para fins de justiça social. Além disso, a plataforma constitui um importante instrumento de análise para atores relevantes da sociedade civil, como pesquisadores, jornalistas e organizações, permitindo tanto a investigação das assimetrias de poder presentes na rede sociotécnica quanto a compreensão da origem e circulação dos discursos antigênero.

Atores envolvidos

A identificação dos atores que compõem o "Radar Antigênero" constitui o ponto de partida para compreender a rede sociotécnica que sustenta e condiciona o projeto, movimento que, na perspectiva da Teoria Ator-Rede, precede qualquer análise das relações de poder que atravessam essa rede. O "Radar Antigênero" é uma iniciativa desenvolvida pelo portal Gênero e Número em parceria com a startup tecnológica Novelo Data. Idealizado pela jornalista Vitória Régia da Silva, diretora executiva do Gênero e Número, o projeto articula jornalismo de dados independente, mecanismos de busca e procedimentos analíticos para evidenciar a escassez de informações sobre desigualdades relacionadas a gênero, raça e direitos no Brasil e na América Latina, contribuindo para o fortalecimento da democracia (Gênero e Número, online). O desenvolvimento técnico da

plataforma contou com a participação de Flavio Nakasato, especialista em inteligência artificial da Novelo Data. Além disso, o projeto integrou o JournalismAI Innovation Challenge, iniciativa do Google voltada ao financiamento de projetos jornalísticos que utilizam IA. Selecionado pelo programa, o “Radar Antigênero” passou a operar oficialmente em 2025.

Figura 1 - Interface do “Radar Antigênero”



Fonte: Radar Antigênero (2026).

O projeto em análise é uma plataforma digital que utiliza mecanismo de IA como recurso central para análise de dados e processamento de linguagem natural (PLN) de discursos antigênero, com ataques diretos às mulheres, raça, pessoas LGBTQIA+, feministas, jornalistas, artistas e influenciadores, compartilhados através de vídeos, na plataforma digital Youtube. Através disso, eles oferecem dados e evidências sobre como esses conteúdos circulam, se estruturam e ganham força, permitindo que pesquisadores, jornalistas, organizações da sociedade civil e demais interessados compreendam o fenômeno de forma mais precisa.

O uso da IA no “Radar Antigênero” está diretamente relacionado às técnicas de Processamento de Linguagem Natural (PLN), responsáveis por analisar e interpretar grandes volumes de conteúdo textual. “O objetivo do PLN é fornecer aos computadores a capacidade de entender e compor textos” (Rodrigues, 2017), permitindo que sistemas computacionais identifiquem padrões linguísticos, categorizem informações e reconheçam elementos discursivos em diferentes contextos. No caso do projeto, essa tecnologia possibilita o monitoramento e a análise dos discursos antigênero

compartilhados no YouTube, contribuindo para a identificação de narrativas recorrentes, estratégias discursivas e grupos frequentemente atingidos por esses conteúdos. Dessa forma, o PLN constitui um elemento central da infraestrutura tecnológica da plataforma, viabilizando a produção de dados e evidências sobre a circulação dessas narrativas no ambiente digital.

No site do projeto, é apresentado o percurso metodológico adotado para o desenvolvimento desta IA, para eles:

A proposta parte do reconhecimento de que a plataforma (Youtube) abriga um ecossistema discursivo denso, no qual se articulam atores, estratégias e narrativas que visam deslegitimar a diversidade de gênero e sexualidade, alimentar visões essencialistas de masculinidade e feminilidade e reforçar formas de exclusão política, simbólica e moral. (Radar Antigênero, 2026, online).

Os elementos descritos pelo próprio projeto (algoritmos, narrativas, usuários, estratégias discursivas e a plataforma YouTube) podem ser compreendidos como mediadores, no sentido proposto por Latour (2005) na TAR, que diz respeito aos atores que transformam, traduzem e reconfiguram aquilo que conduzem, produzindo efeitos que não estavam inscritos em nenhum deles isoladamente. É nessa condição de mediadores que esses elementos compõem a rede digital analisada pelo "Radar Antigênero" e constituem os pontos centrais do ecossistema discursivo que o projeto se propõe a mapear. Ao mesmo tempo, as perspectivas patriarcais disseminadas pela plataforma em análise colaboram com o pensamento de desafiar o poder, proposto por D'Ignazio e Klein (2020). Para as autoras, é necessário provocar e evidenciar relações de poder historicamente desiguais por meio da inclusão de múltiplas perspectivas e da priorização das vozes de quem vive a opressão diretamente (D'Ignazio; Klein, 2020), ou seja, fomentar as discussões sobre o pensamento machista nas redes sociais, o que o projeto viabiliza ao tornar visível, por meio de dados, quais grupos são sistematicamente impactados por esses discursos.

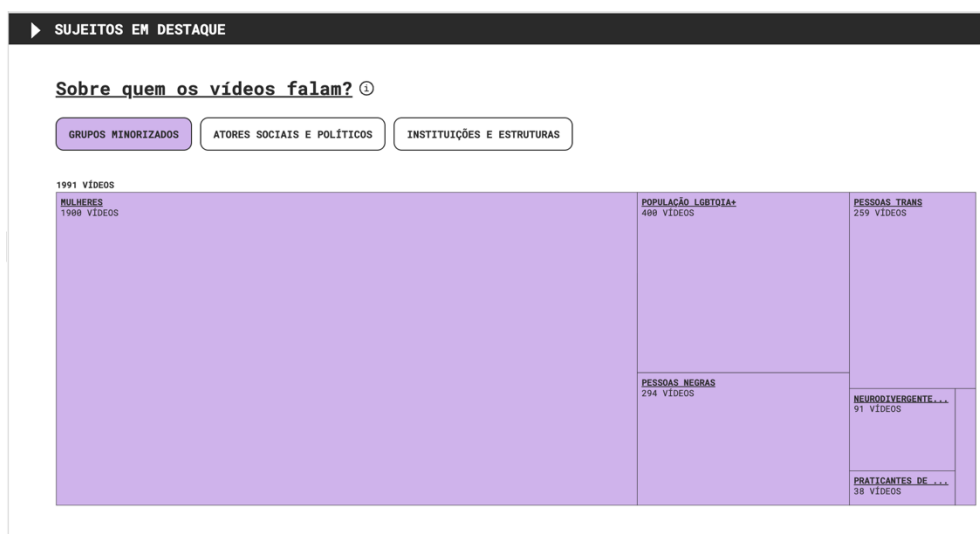
Nesse sentido, a lógica metodológica do projeto, de articular conhecimento humano e funcionamento da IA, aproxima-se do pensamento articulado por André Lemos (2013), que também dialoga com a Teoria Ator-Rede. Para o autor, as relações entre humanos e tecnologias não possuem uma essência fixa, sendo construídas nas interações e mantidas apenas enquanto persistem as condições que as sustentam (Lemos, 2013). No

“Radar Antigênero”, a produção de conhecimento emerge dessa interdependência contínua, na qual a IA não substitui o humano, mas opera em conjunto com ele, compondo um sistema sociotécnico em que algoritmos e interpretação crítica se entrelaçam. Assim, o projeto materializa um rearranjo do uso tecnológico, no qual as ferramentas digitais são reapropriadas para fins políticos e de análises, deslocando seu uso tradicional e orientando-as para a compreensão e o enfrentamento de dinâmicas sociais contemporâneas.

Segundo a plataforma, entre janeiro e maio de 2026 foram identificados cerca de 2.168 vídeos e 588 canais que disseminam discursos contrários à diversidade de gênero. Dentre esse conjunto, as mulheres aparecem como protagonistas em 1.900 dos vídeos analisados, configurando o principal alvo dessas narrativas. Esses dados evidenciam a capacidade de circulação e amplificação de discursos nas plataformas digitais. A leitura desses fatos pode ser aprofundada a partir do conceito de que “dados são sempre a expressão de relações desiguais de poder” (D’Ignazio; Klein, 2020), o que ajuda a compreender por que determinados grupos, como as mulheres, aparecem de forma recorrente como alvo central dessas narrativas. Para isso, o projeto torna visível um ecossistema de desinformação estratégica voltado ao silenciamento de vozes e à restrição de direitos, fenômeno que pode ser compreendido sob a observação de que “a internet não é um espaço público inteiramente democrático; as informações não circulam com a mesma velocidade nem com o mesmo alcance; as redes que têm mais conexões ampliam as oportunidades de gerar mais conexões” (Cozman; Kaufman, 2022, p. 200).

A figura a seguir, gráfico retirado do site do “Radar Antigênero”, nos mostra a dimensão dos grupos minorizados que mais aparecem nos vídeos identificados pela plataforma:

Figura 2 - Sobre quem os vídeos falam



Fonte: Radar Antigênero (2026).

Nessa percepção, ao utilizar IA para monitorar e interpretar padrões de ódio, o projeto fornece insumos para enfrentar ataques à diversidade e aos direitos humanos, confrontando grupos e sistemas de poder que se aproveitam das plataformas digitais para reproduzir violência e desigualdades. Esse movimento se alinha ao argumento de D'Ignazio e Klein (2020), no qual a opressão estrutural é o problema central, dentro do qual a injustiça se manifesta de forma histórica e contínua, exigindo respostas que ultrapassem os limites do código e se insiram em transformações sociais mais amplas. Os dados coletados pelo "Radar Antigênero" servem, nesse sentido, como instrumento de estudo para "ampliar a compreensão do fenômeno e fortalecer a capacidade de investigação, denúncia e enfrentamento dessas narrativas" (Radar Antigênero, 2025), oferecendo uma ferramenta estratégica para compreender o fenômeno e situá-lo em seus contextos social, político e interpessoal sem, contudo, esgotar nessa dimensão técnica a complexidade da resposta que o problema estrutural exige.

Ao mesmo tempo, “há sempre um vai e vem entre diversos mediadores que conectam localidades e temporalidades fazendo do lugar o resultado de um atravessamento de fluxos” (Lemos, 2013, p. 61). Ou seja, o espaço de veiculação desses ideais não é uma construção isolada, ele parte de articulações produzidas por algoritmos, usuários e fluxos ideológicos que constituem a rede social. Nesse quadro, a tecnologia atua como condutor de ideologias que buscam preservar estruturas sociais e hierárquicas

tradicionais, operando por meio de mecanismos algorítmicos que ampliam o alcance desses conteúdos de forma desproporcional. Cesarino (2022) demonstra que o modo como as plataformas digitais constroem seus ambientes algorítmicos converge para uma lógica que favorece a circulação de conteúdos de forças conservadoras e de extrema-direita, que se valem do pânico moral como combustível de engajamento. Essa dinâmica se manifesta de forma concreta nos dados levantados pelo "Radar Antigênero", os argumentos disseminados nos vídeos monitorados são replicados e amplificados por arquiteturas algorítmicas que os tornam sistematicamente mais visíveis, atingindo, de modo recorrente, grupos específicos como mulheres, a comunidade LGBTQIA+ e pessoas negras.

A identificação dos atuentes, os discursos, os grupos afetados, os algoritmos que os amplificam e o projeto que os monitora, revela a dimensão sociotécnica da rede analisada, mas não esgota sua composição. Para que o "Radar Antigênero" opere como sistema de monitoramento e produção de dados, ele depende de uma camada infraestrutural que permanece, em grande medida, invisível na apresentação pública do projeto: os investimentos financeiros que o viabilizam, as decisões de hospedagem que determinam sua escala e continuidade, e as corporações cujos interesses estão inscritos nessas escolhas técnicas. É essa dimensão que a seção seguinte se propõe a mapear, completando o quadro analítico iniciado e revelando que a rede do "Radar Antigênero" se estende para além das redações e dos servidores do YouTube.

Investimentos e soluções de armazenamento

Na questão técnica de existência do projeto analisado, notou-se, como já comentado, que ele foi um dos escolhidos pelo programa JournalismAI Innovation Challenge em 2025, uma iniciativa do Google News Initiative, que financia projetos de veículos de notícias para o desenvolvimento de protótipos e a integração de IA aos fluxos de trabalho das redações. Nesse cenário, identificam-se duas das principais big techs do mercado como atuentes centrais no funcionamento do "Radar Antigênero": a Amazon Web Services (AWS), responsável pela hospedagem em nuvem, e o Google, por meio do apoio financeiro ao projeto. A presença dessas corporações revela um padrão estrutural pelo qual as grandes empresas tecnológicas consolidaram posições de poder sobre o

mercado de inteligência artificial por meio do domínio da infraestrutura de nuvem e do ecossistema digital (AI Now Institute, 2025). Esse padrão, contudo, não se manifesta de forma homogênea para todos os atores da rede sociotécnica, e é justamente nessa assimetria que reside o problema analítico central desta seção.

O apoio financeiro internacional para o desenvolvimento de projetos tecnológicos vinculados às práticas sociais e jornalísticas brasileiras representa uma abertura concreta de recursos e visibilidade para iniciativas de menor escala, como o "Radar Antigênero". Essa dimensão não deve ser desconsiderada, já que a infraestrutura do projeto conta com a capacidade de monitorar discursos, produzir dados e influenciar práticas jornalísticas, operando dentro da rede, ainda que condicionada. No entanto, essa logística se exerce em um campo de forças desigual, pois essas empresas “também moldam as estruturas de incentivo para o campo de pesquisa e desenvolvimento em IA, definindo o presente e o futuro da tecnologia” (MIT, 2024). Conforme aponta o AI Now Institute (2025), empresas menores de IA não apenas operam na nuvem, como estão presas a ela, o que significa que futuros lançamentos, parcerias e decisões técnicas dessas iniciativas tendem a passar pelos serviços das provedoras de nuvem, que lucram com cada transação e consolidam progressivamente seu domínio sobre o ecossistema (AI Now Institute, 2025). A dependência infraestrutural não anula a base do projeto, mas o limita, já que o "Radar Antigênero" age, escolhe e inova dentro de uma rede cujas condições de possibilidade foram, em larga medida, configuradas por agentes com capacidade de mobilização muito superior à sua.

A presença da AWS e do Google no funcionamento do “Radar Antigênero” não se limita a uma relação instrumental de contratação de serviços tecnológicos. Trata-se da inserção do projeto em um ecossistema de dependência infraestrutural que Van der Vlist, Helmond e Ferrari (2024) denominam “Big AI”, conceito que designa a convergência estrutural entre a inteligência artificial e as grandes corporações tecnológicas, marcada pela interdependência entre aplicações de IA, infraestrutura, recursos e investimentos dessas empresas. Nesse contexto, o “Radar Antigênero” não se relaciona com a AWS apenas como cliente de uma solução de armazenamento, mas passa a integrar um ecossistema de parcerias que empresas como Amazon e Google constroem ativamente por meio de programas de financiamento e acordos estratégicos. Tal dinâmica reforça a

percepção de que a regulamentação pode ser uma solução, mas “a política governamental muitas vezes acaba consolidando, em vez de mitigar, o poder dessas empresas à medida que elas alavancam seu acesso ao dinheiro e sua influência política” (MIT, 2024).

Quando observado pela perspectiva da TAR, esse movimento pode ser compreendido a partir do conceito de “interessamento”, proposto por Latour (2005) e discutido por Isabel Pereira (2023). O interessamento corresponde ao conjunto de estratégias utilizadas para atrair, estabilizar e alinhar atores dentro de uma rede sociotécnica, redefinindo gradualmente seus interesses e possibilidades de ação. Nesse sentido, programas de financiamento, créditos em nuvem, suporte técnico e integração facilitada funcionam como dispositivos de interesse, mobilizados por essas grandes empresas para inserir projetos menores em suas infraestruturas. A adesão à AWS passa a ocorrer porque essas plataformas se consolidam como “pontos obrigatórios de passagem” dentro do ecossistema da IA, isto é, espaços pelos quais atores precisam transitar para obter viabilidade operacional, escala e legitimidade técnica. Assim, o “Radar Antigênero” torna-se progressivamente inscrito em uma rede de dependência infraestrutural na qual seus próprios interesses e possibilidades de desenvolvimento passam a ser mediados pelas condições técnicas, econômicas e estratégicas das big techs.

Gráfico 1 – Todos os atores envolvidos no projeto “Radar Antigênero”



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Conclusões

A análise do "Radar Antigênero" sob a perspectiva da Teoria Ator-Rede e do Data Feminism permite compreender que projetos de IA orientados à justiça social não existem fora das redes de poder que estruturam o ecossistema tecnológico contemporâneo, eles existem dentro dessas estruturas, negociando as tensões entre seus propósitos institucionais e as condições materiais que tornam sua atuação possível. Ao longo deste estudo de caso, foi possível mapear os atores humanos e não humanos que compõem a infraestrutura do projeto e que nenhum desses elementos age de forma isolada, é da relação entre eles que o projeto se desenvolve, e nessa condição que se encontram tanto suas oportunidades quanto suas limitações. A adoção da posição analítica crítico-estrutural, permitiu observar que o "Radar Antigênero" opera com capacidade de produzir conhecimento, visibilizar violências e instrumentalizar o jornalismo de dados para fins de enfrentamento e que, ao mesmo tempo, essa capacidade é exercida dentro de condições que ele não controla inteiramente.

Nesse quadro, a tensão mais reveladora identificada por esta análise não está dentro do projeto, mas na própria arquitetura da rede que o sustenta. O YouTube, plataforma onde circulam os vídeos com discursos antigênero, pertence ao Google, a mesma corporação que financia a ferramenta responsável por monitorá-los. Nesse sentido, o Google se alimenta com a plataforma que amplifica os discursos de ódio e, simultaneamente, financia sua vigilância, administrando a assimetria estrutural de poder dentro de seu próprio ecossistema.

O reconhecimento dessas tensões é condição para que iniciativas como o "Radar Antigênero" possam ser compreendidas em sua complexidade, para além de narrativas que as sustentam apenas como soluções tecnológicas para problemas socioestruturais. O projeto representa um rearranjo significativo dentro dessa rede de conexões, pois ele reapropria ferramentas digitais para fins políticos e de análise crítica, o que desloca o uso tradicional da IA e orienta sua capacidade de processamento para o enfrentamento de dinâmicas de opressão social. Mas esse rearranjo ocorre dentro de uma infraestrutura onde os pontos centrais seguem sendo controlados pelas mesmas corporações que os definem. Compreender essa contradição não é o fim da análise, mas o ponto de partida para

investigações futuras que acompanhem de que forma projetos sociotécnicos como este podem ampliar sua margem de atuação dentro e, talvez, além das redes que os sustentam.

Referências bibliográficas

AI NOW INSTITUTE. 2: Heads I Win, Tails You Lose: How Tech Companies Have Rigged the AI Market. **AI Now Institute**, 3 jun. 2025. Publications. Disponível em: <https://ainowinstitute.org/publications/2-heads-i-win-tails-you-lose-how-tech-companies-have-rigged-the-ai-market>. Acesso em: 25 abr. 2026.

CESARINO, L. **Mundo ao avesso**: verdade e política na era digital. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

COZMAN, F. G.; KAUFMAN, D. Viés no aprendizado de máquina em sistemas de inteligência artificial: a diversidade de origens e os caminhos de mitigação. **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 135, p. 195–210, 2022. DOI: [10.11606/issn.2316-9036.i135p195-210](https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i135p195-210). Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/206235>. Acesso em: 20 maio. 2026.

D'IGNAZIO, C., KLEIN, L. **Data Feminism**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2020.

LATOUR, B. **Reassembling the social**: an introduction to actor-network-theory. Oxford: Oxford University Press, 2005.

LEMOS, A. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo: Annablume, 2013.

LEMOS, A. Espaço, mídia locativa e teoria Ator-Rede. **GALÁXIA. Revista Interdisciplinar de Comunicação e Cultura**, [S. l.], n. 25, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/galaxia/article/view/13635>. Acesso em: 24 abr. 2026.

MIT T. R. A dependência da IA na Big Tech. **MIT Technology Review**, 19, jan. 2024. Inteligência artificial. Disponível em: <https://mittechreview.com.br/nao-se-engane-a-ia-e-propriedade-das-grandes-empresas-de-tecnologia/>. Acesso em: 20 mai. 2026.

PEREIRA, S. I. **Pressupostos filosóficos da Teoria do Ator-Rede de Bruno Latour**. 2023. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2023. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/retrieve/261796/IsabelPereira_versaofinal.pdf. Acesso em: 29 abr. 2026.

RADAR ANTIGÊNERO. Local: Gênero e Número, 2026. Disponível em: <https://radar.org.br/>. Acesso em: 20 mai. 2026.

RODRIGUES, J. O que é o Processamento de Linguagem Natural? **Medium**, 14 jul. 2017. Disponível em: <https://medium.com/botsbrasil/o-que-%C3%A9-o-processamento-de-linguagem-natural-49ece9371cff>. Acesso em: 01 jun. 2026.

RODRIGUES, L. F. A violência contra a mulher na era das redes sociais: o feminicídio como consequência da misoginia online. **REVISTA FOCO**, v. 18, n. 7, e9358, 2025. DOI: 10.54751/revistafoco.v18n7-155. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/9358>. Acesso em: 28 mai. 2026.

SILVA, T. T. Políticas de diversidade, equidade e inclusão (DEI) e inteligência artificial: tendências globais e cenário brasileiro. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, e7896, 2026. DOI: 10.18617/liinc.v22i1.7896. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/7896>. Acesso em: 18 jun. 2026.

VAN DER VLIST, F.; HELMOND, A.; FERRARI, F. Big AI: cloud infrastructure dependence and the industrialisation of artificial intelligence. **Big Data & Society**, v. 11, n. 1, p. 1-16, mar. 2024. DOI: 10.1177/20539517241232630.

VIOLÊNCIA digital contra mulher também é crime; veja como denunciar. **Senado Federal**, 13 mar. 2026. Notícias. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2026/03/13/violencia-digital-contra-mulher-tambem-e-crime-veja-como-denunciar/>. Acesso em: 28 mai. 2026.